

O ensino, nas mãos de falsos profissionais.

FAUSTO MACEDO

Um escândalo envolvendo centenas de professores, psicólogos, matemáticos, economistas e outros profissionais, está provocando um terremoto no ensino público e particular de São Paulo e pode gerar, brevemente, a prisão de um grupo de falsários e a cassação dos diplomas daqueles que usaram documentos adulterados para concluir a faculdade. Até agora, 24 pessoas já foram fichadas criminalmente em um inquérito de dois volumes, que está só no começo.

Desse time de réus, três são apontados pela polícia como falsários — as professoras Cleuza Regina Farah Yasbeck, 41 anos, e Áilda de Lima Bicudo Menendez, 33 e o psicólogo Alberto Antonio Bicudo Menendez, 35 anos (marido de Áilda). Eles mantinham um “esquema industrial” — segundo descoberta feita pelos policiais que investigam a trama — para falsificação de Certificados e Fichas de Controle de Estágios em colégios de 1º e 2º graus.

De posse de tais documentos — que custavam entre Cr\$ 10 mil e Cr\$ 30 mil —, estudantes de diversas áreas, cursando o último ano da faculdade, eram dados como aptos e se formaram, passando para trás muitos colegas que não trilharam o mesmo caminho. Os certificados de estágio são indispensáveis para a diplomação e obtenção da licença que permite o exercício da profissão escolhida.

Não há, ainda, um cálculo preciso e definitivo sobre a multidão de favorecidos, entre recém-formados ou pedagogos, psicólogos e outros já em pleno exercício da carreira, mas acredita-se que sejam pelo menos 5 mil os que encontram-se em situação completamente irregular e que logo terão de prestar contas à polícia.

Entre os professores, muitos es-

tão colocados em escolas renomadas e tradicionais da cidade, como o Dante Alighieri, onde estudam os filhos do governador Luiz Antonio Fleury Filho e do secretário da Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, entre outras autoridades de grosso calibre.

Lá está, por exemplo, a profes-

sora Soraya Raineri Pires, 25 anos, formada pela Faculdade de Pedagogia da Universidade Mackenzie no ano passado e que faz parte da longa lista dos enquadrados no inquérito da fraude. Ela não fez estágio algum, preferiu comprar o certificado. Além de Soraya, outros 20 professores e

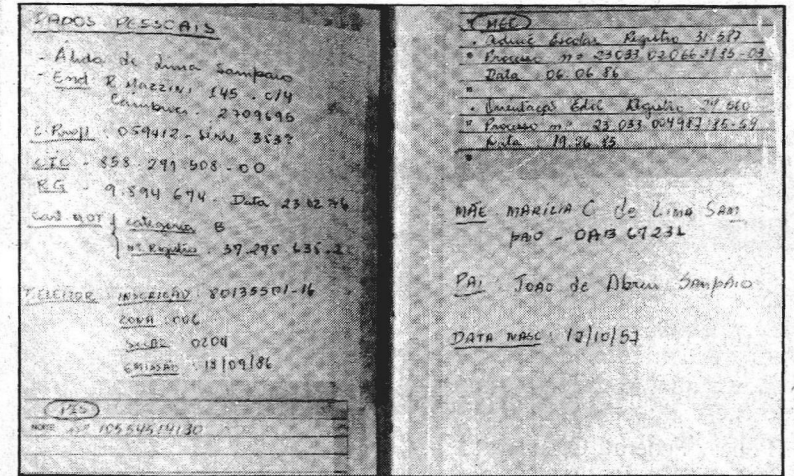
psicólogos foram fichados.

O derrame de certificados espúrios foi descoberto casualmente em princípio de dezembro pelo diretor Fernando D'Asti Ventura, da Escola de 1º e 2º Graus Centenário, localizada à rua João Rudge, 600, Casa Verde Alta. Apareceu por lá uma estudante da FMU com uma ficha de estágio nas mãos, pedindo apenas para “completar alguns dados”.

Fernando, 32 anos, bateu o olho no papel e percebeu a fraude — até o carimbo e a assinatura da professora Rosina D'Asti Ventura Vicalvi, irmã do diretor, eram forjados. “Expulsei a moça da minha escola e fui falar com o diretor da Faculdade de Psicologia da FMU”, conta Fernando que, com seu gesto, acabou provocando um curto-circuito sem precedentes no sistema educacional de São Paulo.

Depois de passar pela FMU, Fernando fez uma visita ao delegado Silvio Tinti, 43 anos, que trabalha na Divisão de Comunicação Governamental, setor do Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil do Estado que cuida, também da investigação sobre crimes na área do ensino.

Paciente, o dr. Silvio começou a levantar os caminhos do golpe e chegou, então, ao primeiro nome: a professora Cleuza Regina Yasbeck, que trabalha em uma escola particular do Itaim Bibi. No apartamento residencial de Cleuza havia uma coleção de documentos escolares falsificados. Com o casal



Em suas investigações o delegado Silvio Tinti concluiu que existe uma multidão de profissionais inabilitados. Como a professora Soraya (abaixo), que preferiu comprar um certificado a fazer o estágio. A maior prova do processo, até agora, é a agenda de uma falsária.



Áilda e Alberto Menendez a polícia encontrou mais uma pilha de papéis onde surgem os nomes de centenas de estudantes que compraram os certificados e das faculdades que os formaram.

Desmascarados os farsantes, o delegado Silvio resolveu partir para a outra etapa da apuração, ou seja, rumo à identificação dos que compraram e fizeram uso dos certificados. O policial mandou o ofício a todas as Universidades, Faculdades e Colégios (onde teriam sido feitos os estágios) e também à Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em São Paulo, pedindo providências.

Diversas escolas enviaram ao escritório do delegado Silvio seus representantes que, assim como os advogados dos acusados, têm tido livre acesso ao inquérito. “Não escondo nada de ninguém, a investigação é absolutamente transparente”, explica Silvio, amparado pelo sinal verde dado por seu superior, o delegado Ayrton Martini, diretor do Departamento de Comunicação Social.

— As provas são irrefutáveis — avalia Silvio. Com base nelas posso calcular que há por aí uma multidão de professores e outros profissionais inabilitados. Além da farta documentação apreendida, temos a confissão dos próprios estudantes, admitindo terem comprado as fichas de controle de estágio. A partir do momento em que o estagiário apresentou a certidão à faculdade, cometeu o cri-

me de uso de documento falso. As provas são contundentes.

Três universidades — Mackenzie, São Judas Tadeu e Unip — apressaram-se em entregar à polícia o resultado do levantamento feito em seus fichários, formando a primeira leva dos diplomados irregularmente, 23 nomes ao todo — três da Universidade Paulista (Unip), cinco do Mackenzie e 15 da São Judas —, 21 dos quais já estão indiciados formalmente.

As demais faculdades, até agora, estranhamente, não deram retorno, isto é, não enviaram ao delegado a relação dos diplomados. Silvio decidiu dar mais um tempo, mas se a direção das escolas vacilar muito ele planeja munir-se de uma ordem judicial e dar uma busca minuciosa nos prontuários das secretarias, uma tarefa esta-
fante mas que certamente “renderá bons frutos à investigação”.

O delegado não vê qualquer envolvimento das faculdades e dos colégios na enxurrada de certificados, mas não afasta a possibilidade de que alguns funcionários possam estar, de alguma forma, implicados no golpe. As suspeitas são fortes principalmente porque em uma agenda pessoal da professora Áilda Menendez figuram nomes de pessoas que trabalham nas faculdades e que seriam o contato dos farsantes com os alunos.

Os crimes atribuídos aos falsificadores e aos estudantes que compraram as fichas de estágio estão previstos em dois artigos do Código Penal: 298 (falsificação de documento particular) e 304 (uso de documento falso). As penas previstas são iguais, mínima de 1 ano e máxima de 5 anos de reclusão. Mas o escândalo ainda deixa muitas dúvidas.

Uma delas: o que acontecerá com os professores e outros profissionais que se formaram às custas de documentos adulterados? O diploma deles pode ser cassado? Na última quarta-feira, o delegado Silvio Tinti conversou com a professora Lúcia Helena Machado Cerdeira, que trabalha na Delegacia Regional do MEC. Ela não escondeu sua estupefação. “É uma situação inteiramente nova, não temos ainda uma definição sobre o caso”, explicou.

— Enquanto o MEC não chega a uma conclusão se cassa ou não a diplomação de toda essa gente, eu entendo que as escolas e clínicas que estão empregando as pessoas que compraram os certificados deveriam demiti-las.